



Minicurso Resultados Nominal e Primário

Prof. Orion Augusto Platt Neto
Prof. Flávio da Cruz



1/60

Tipos de Resultados

- **Resultados nos Entes:** Superávits ou Déficits.
- **Resultado Nominal:** variação da Dívida Fiscal Líquida (DFL) ou da Dívida Consolidada Líquida (DCL). 
- **Resultado Primário:** Diferença entre Receitas e Despesas Primárias.
- **Outros:** Res. da Execução Orçamentária; Res. do Orçamento Corrente; Res. Financeiro; e Res. Patrimonial.

3/60

Objetivos

Apresentar, sob o enfoque contábil, o Resultado Nominal e o Resultado Primário das contas públicas.



Orientar as formas de apuração e de interpretação desses resultados, abrangendo: base normativa; demonstrativos contábeis; e exemplos reais em entes públicos.

2/60

Normas Básicas



- **LRF:** arts. 4º, 9º, 30 e 53.
- **MDF:** RREO.

**Enfoque normativo
e interpretação.**

4/60

Contexto

- **Crises Econômicas:** elevação da taxa de juros, queda da arrecadação e crescimento da dívida.
- **Ajuste Fiscal:** reduzir dívida (%/PIB), fazer reformas, pagar juros e cumprir metas para manter a confiança dos investidores (*rating*).
- **Maquiagem:** Contabilidade Criativa para aparentar cumprimento de metas.
- **Dívida é Boa ou Ruim?** Alavancagem econômica e social; aplicações ineficientes; desvios (auditoria); e custo social da “agiotagem”.

5/60

Resultados Nominal e Primário (1/5)

Base Legal – Metas

Integrará o projeto de LDO: “Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas **metas anuais**, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, **resultados nominal e primário e montante da dívida pública**, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes”.



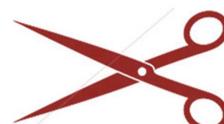
6/60

(BRASIL, 2000, art. 4º, grifos nossos)

Resultados Nominal e Primário (2/5)

Base Legal – Correção

“Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das **metas de resultado primário ou nominal** estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão” [...] “**limitação de empenho** e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela” LDO.



(BRASIL, 2000, art. 9º, grifos nossos)

7/60

Resultados Nominal e Primário (3/5)

Base Legal - Avaliação

- “Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo **demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais** de cada quadrimestre, em **audiência pública** [...].”
- O RREO, bimestral, é acompanhado de **demonstrativos** relativos aos “resultados nominal e primário”.



(BRASIL, 2000, art. 9º e 53, grifos nossos)

8/60

Resultados Nominal e Primário (4/5)

Resumindo

- “O **objetivo da apuração** [...] é verificar o cumprimento das metas fiscais estabelecidas na LDO de forma a garantir o equilíbrio das contas públicas conforme planejado”.
- “As **metas fiscais** são o elo entre o planejamento, a elaboração e a execução do orçamento”.

(STN, 2017a, p. 218, grifos nossos)

9/60

Resultados Nominal e Primário (5/5)

Base Legal - Metodologia

90 dias após a publicação da LRF, o Presidente teve que submeter ao Senado e ao Congresso propostas de limites sobre as dívidas, acompanhadas de “**metodologia de apuração dos resultados primário e nominal**”.



(BRASIL, 2000, art. 30, grifo nosso)

10/60

Resultado Nominal (1/5)

Conceito e Significado

“Compreende o resultado da variação da dívida líquida do setor público deduzidos os ajustes patrimoniais e metodológicos.”

- “**conceito mais abrangente de resultado fiscal**, sendo amplamente utilizado pelo mercado financeiro para acompanhar o desempenho financeiro do governo e para comparações internacionais.”



(LIMA, 2015, p. 240, grifo nosso)

11/60

Resultado Nominal (2/5)

Base Legal - Modelo

- **Exigido na LRF:** art. 53, III.
- **Bimestral:** publicado 30 dias após.
- **Modelo:** editado pela STN consta no MDF com instruções.
- **Componente do RREO:** “Demonstrativo do Resultado Nominal” (Anexo 5 até 2017) e “Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal” (Anexo 6 a partir de 2018).



12/60

Resultado Nominal (3/5)

Exemplo

- 6º bimestre com jan. a dez/2015.
- Seguem extratos ampliados...

RESUMO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III)			SALDO
	Em 31/Dez/2014 (a)	Em 31/Out/2015 (b)	Em 31/Dez/2015 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	70.813.680.236,29	86.289.323.959,59	89.252.959.131,10
DEDUÇÕES (II)	6.080.099.611,53	8.188.934.786,39	9.298.478.710,52
Disponibilidade de Caixa Bruta	6.814.934.786,39	8.188.934.786,39	9.298.478.710,52
Demais Haveres Financeiros	4.434.500,00	4.434.500,00	4.434.500,00
Despesas Reconhecidas	2.415.303.060,00	2.415.303.060,00	2.415.303.060,00
DEVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (I+II-III)	71.733.984.624,76	78.100.389.173,20	79.954.480.420,58
PASSIVOS RECONHECIDOS (IV)	186.735.070,48	174.115.096,21	171.348.721,34
DÉFICIT DA DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (I+II+III+IV-V)	71.546.845.554,28	77.926.274.076,99	79.783.131.699,24
RESULTADO NOMINAL	No Bimestre 1.856.857.020,23	Até o Bimestre 1.856.857.020,23	1.856.857.020,23
VALOR			
REFINANCIAMENTO DA META FISCAL			
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LEI DE ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA	8.119.362.000,00		
REGIME PREDISPENSAÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREDISPENSAÁRIA (V)	499.774.510,21	499.284.030,01	499.284.030,01
Passivo Adm.	499.774.510,21	499.284.030,01	499.284.030,01
DEDUÇÕES (VI)	8.922.178,79	31.044.773,44	31.044.773,44
Disponibilidade de Caixa Bruta	490.852.331,42	468.239.256,57	468.239.256,57
Demais			
Indenizações	8.966.461,76	24.809.452,02	24.809.452,02
Despesas Reconhecidas	3.223,00	3.223,00	3.223,00
Despesas Pessoais	795.710,00	795.710,00	795.710,00
DEVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA PREDISPENSAÁRIA (VI)	451.748.375,56	447.326.246,29	434.257,77
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	186.735.070,48	186.346.275,77	186.346.275,77
DÉFICIT DA DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREDISPENSAÁRIA (VI+V)	415.013.305,08	453.939.970,52	415.611.500,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREDISPENSAÁRIA (VI+V)	415.013.305,08	453.939.970,52	415.611.500,00

Fonte: 1- O valor constante das "Passivos Reconhecidos" compõem-se das Dívidas com o INSS e PASEP da Adm.Direta (PMSP), Contribuições Sociais - REFIS Lei 11.941/09 da COHAB e seu FMH e Parcelamento do IPREM da PMSP. 2- O valor constante das "Passivas Adm. Indiretas" compõem-se das Dívidas com o INSS e PASEP da Adm. Indireta (IPREM) da COHAB e seu FMH e Parcelamento do IPREM da PMSP. 3- Demais Haveres Financeiros. 4- A Constituição não garante o Poder Executivo Adm. Direta (PMSP) e Adm. Indireta (IPREM) SEMPRE. 5- Valores Preliminares. 6- O valor constante das "Passivas Adm. Indiretas" compõem-se das Dívidas com o INSS e PASEP da Adm. Indireta (IPREM) da COHAB e seu FMH e Parcelamento do IPREM da PMSP.

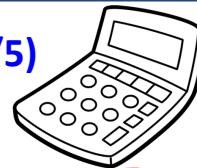
Fonte: 1- O valor constante das "Passivos Reconhecidos" compõem-se das Dívidas com o INSS e PASEP da Adm.Direta (PMSP), Contribuições Sociais - REFIS Lei 11.941/09 da COHAB e seu FMH e Parcelamento do IPREM da PMSP. 2- O valor constante das "Passivas Adm. Indiretas" compõem-se das Dívidas com o INSS e PASEP da Adm. Indireta (IPREM) da COHAB e seu FMH e Parcelamento do IPREM da PMSP. 3- Demais Haveres Financeiros. 4- A Constituição não garante o Poder Executivo Adm. Direta (PMSP) e Adm. Indireta (IPREM) SEMPRE. 5- Valores Preliminares. 6- O valor constante das "Passivas Adm. Indiretas" compõem-se das Dívidas com o INSS e PASEP da Adm. Indireta (IPREM) da COHAB e seu FMH e Parcelamento do IPREM da PMSP.

(PMSP, 2015c, Anexo 5)

13/60

Resultado Nominal (5/5)

Apuração do RN



DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2014 (a)	Em 31/Out/2015 (b)	Em 31/Dez/2015 (c)
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	71.546.845.554,28	77.926.274.076,99	79.783.131.699,24
RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA		
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)	
VALOR	1.856.857.022,25	8.236.286.144,96	

Variáveis Principais	Realização	Valores (R\$ Milhões)
(a) Dívida Fiscal Líquida	Em data de referência	79.783
(b) Dívida Fiscal Líquida	Em data 12m antes	71.547
(c) Resultado Nominal	(a-b)	8.236

Adaptado de PMSP (2015c, Anexo 5)

15/60

Resultado Nominal (4/5)

Apuração da DFL

RREO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III)

	SALDO		
	Em 31/Dez/2014 (a)	Em 31/Out/2015 (b)	Em 31/Dez/2015 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	77.813.680.236,29	86.289.323.959,59	89.252.959.131,10
DEDUÇÕES (II)	6.080.099.611,53	8.188.934.786,39	9.298.478.710,52
Disponibilidade de Caixa Bruta	71.733.984.624,76	78.100.389.173,20	79.954.480.420,58
Demais Haveres Financeiros	1.415.503.500,05	2.456.541.344,27	3.317.413.334,14
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	230.078.763,78	686.437.136,12	321.914.339,38
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	71.733.580.624,76	78.100.389.173,20	79.954.480.420,58
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	186.735.070,48	174.115.096,21	171.348.721,34
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	71.546.845.554,28	77.926.274.076,99	79.783.131.699,24
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	71.546.845.554,28	77.926.274.076,99	79.783.131.699,24

- O RN é a apurado pela variação da DFL.

- DFL é quase o mesmo que a DCL: há mais alguns ajustes.

- DCL é a DC com algumas deduções.

Notas:
1 - O valor constante das "Passivos Reconhecidos" compõem-se das Dívidas com o INSS e PASEP da Adm.Direta (PMSP), Contribuições Sociais - REFIS Lei 11.941/09 da COHAB e seu FMH e Parcelamento do IPREM.

(PMSP, 2015c, Anexo 5)

14/60

Resultado Primário (1/13)

Significado

“É um indicador da ‘autossuficiência’ de recursos públicos para a cobertura das despesas”.

- “Demonstra quanto o ente depende de recursos de terceiros para a cobertura das despesas”.



(PASCOAL, 2004, p. 42, grifo nosso)

16/60

Conceito Simplificado (2/13)

“O que é resultado primário?”

é definido pela diferença entre receitas e despesas do governo, excluindo-se da conta as receitas e despesas com juros. Caso essa diferença seja **positiva**, tem-se um ‘superávit primário’; caso seja **negativa**, tem-se um ‘déficit primário’”



(SOF, 2016, grifos nossos) - FAQ

17/60

Aspectos Econômicos (3/13)

“O resultado primário corresponde ao resultado nominal (NFSP) menos os juros nominais incidentes sobre a dívida líquida interna e externa. Os juros incidentes sobre a dívida do setor público são determinados pelo nível da taxa de juros nominal interna e externa e pela dimensão dos deficit anteriores (dívida atual). A inclusão dos juros no cálculo do deficit dificulta a mensuração do efeito da política fiscal implementada pelo governo. Assim, o resultado primário é importante para avaliar a consistência entre as metas de política macroeconômicas e a sustentabilidade da dívida, ou seja, da capacidade do governo de honrar seus compromissos.”



BANCO CENTRAL DO BRASIL 18/60

(BACEN, 2016, grifo nosso) - Glossário

RP do Governo Central (1/2) (4/13)

Abrange Tesouro Nacional, Previdência Social e BACEN.

- **Conceito:** “resultado líquido do total das receitas primárias do Governo Central deduzidas suas despesas primárias”.
- **Origens dos Dados:** obtidos pela STN a partir de consultas junto ao SIAFI, além dos transmitidos à STN pela RFB, pelo MPS e pelo BACEN.
- **Publicação:** Boletim Resultado do Tesouro Nacional.



(STN, 2016a)

19/60

RP do Governo Central (2/2) (5/13)

- Muitas planilhas.
- Memórias de cálculo.
- Mensais e anuais.
- RP e RN.

Anexos RTN Jul 17 - Excel

1	Tabela 4.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil - Anual				
2	R\$ Milhões - Valores Correntes e % PIB				
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					
31					
32					
33					
34					
35					
36					
37					
38					
39					
40					
41					
42					
43					
44					
45					
46					
47					
48					
49					
50					
51					
52					
53					
54					
55					
56					
57					
58					
59					
60					
61					
62					
63					
64					
65					
66					
67					
68					
69					
70					
71					
72					
73					
74					
75					
76					
77					
78					
79					
80					
81					
82					
83					
84					
85					
86					
87					
88					
89					
90					
91					
92					
93					
94					
95					
96					
97					
98					
99					
100					
101					
102					
103					
104					
105					
106					
107					
108					
109					
110					
111					
112					
113					
114					
115					
116					
117					
118					
119					
120					
121					
122					
123					
124					
125					
126					
127					
128					
129					
130					
131					
132					
133					
134					
135					
136					
137					
138					
139					
140					
141					
142					
143					
144					
145					
146					
147					
148					
149					
150					
151					
152					
153					
154					
155					
156					
157					
158					
159					
160					
161					
162					
163					
164					
165					
166					
167					
168					
169					
170					
171					
172					
173					
174					
175					
176					
177					
178					
179					
180					
181					
182					
183					
184					
185					
186					
187					
188					
189					
190					
191					
192					
193					
194					
195					
196					
197					
198					
199					
200					
201					
202					
203					
204					
205					
206					
207					
208					
209					
210					
211					
212					
213					
214					
215					
216					
217					
218					
219					
220					
221					
222					
223					
224					
225					
226					
227					
228					
229					
230					
231					
232					
233					
234					
235					
236					
237					
238					
239					
240					
241					
242					
243					
244					
245					
246					
247					
248					
249					
250					
251					
252					
253					
254					
255					
256					
257					
258					
259					
260					
261					
262					
263					
264					
265					
266					
267					
268					
269					
270					
271					
272					
273					
274					
275					
276					
277					
278					
279					
280					
281					
282					
283					
284					
285					
286					
287					
288					
289					
290					
291					
292					
293					
294					

Equação I (6/13)

“Resultado Primário (III) = (I – II)”
= Receitas Primárias (I)
- Despesas Primárias (II)



“indica se os níveis de gastos orçamentários dos entes federativos são compatíveis com a sua arrecadação, ou seja, se as Receitas Primárias são capazes de suportar as Despesas Primárias.”

(STN, 2017a, p. 63) - MDF

21/60

Receitas Primárias

➤ Exclui Receitas Financeiras (Não Primárias)

➤ “refere-se predominantemente a receitas correntes e é composto daquelas que advêm dos tributos, das contribuições sociais, das concessões, dos dividendos recebidos pela União, da cota-partes das compensações financeiras, das decorrentes do próprio esforço de arrecadação das unidades orçamentárias, das provenientes de doações e convênios e outras também consideradas primárias”.

(STN, 2014, p. 52 e 62) - MDF

RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	(8/13)
Receitas Tributárias	
Receitas de Contribuições	
Receitas Previdenciárias	
Outras Receitas de Contribuições	
Receita Patrimonial Líquida	
Receita Patrimonial	
(-) Aplicações Financeiras	←
Transferências Correntes	
Convênios	
Outras Transferências Correntes	
Demais Receitas Correntes	
Dívida Ativa	
Diversas Receitas Correntes	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	
Operações de Crédito (III)	←
Amortização de Empréstimos (IV)	←
Alienação de Bens (V)	←
Transferências de Capital	
Convênios	
Outras Transferências de Capital	
Outras Receitas de Capital	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	

Receitas e Despesas Primárias e Não Primárias (7/13)

Classificação instituída com o objetivo de identificar quais são aquelas que compõem o RP.

➤ **Receitas Não Primárias (são financeiras):**

“são aquelas que não contribuem para o resultado primário ou **não alteram o endividamento líquido** do Governo (setor público não financeiro) no exercício financeiro correspondente, uma vez que **criam uma obrigação ou extinguem um direito, ambos de natureza financeira**, junto ao setor privado interno e/ou externo, alterando concomitantemente o ativo e o passivo financeiros. São adquiridas junto ao mercado financeiro, decorrentes da emissão de títulos, da contratação de operações de crédito por organismos oficiais, das receitas de aplicações financeiras da União (juros recebidos, por exemplo), das privatizações e outras”.



(STN, 2014, p. 52, grifos nossos) - MDF

22/60

Despesas Primárias

Despesas Primárias (9/13)

➤ Exclui Desp. Financeiras (Não Primárias)

DESPESAS CORRENTES (VIII)
Pessoal e Encargos Sociais
Juros e Encargos da Dívida (IX) ←
Outras Despesas Correntes
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)
DESPESAS DE CAPITAL (XI)
Investimentos
Inversões Financeiras
Concessão de Empréstimos (XII) ←
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII) ←
Demais Inversões Financeiras
Amortização da Dívida (XIV) ←
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)
RESERVA DO RPPS (XVII)
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)

(STN, 2014, p. 62) - MDF

24/60

Equação II (10/13)



Base Legal - Modelo (11/13)

- **Exigido na LRF:** art. 53, III.
 - **Bimestral:** publicado 30 dias após.
 - **Modelo:** editado pela STN
consta no MDF com instruções.
 - **Componente do RREO:** “Demonstrativo do Resultado Primário” (Anexo 6 até 2017) e “Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal” (Anexo 6 a partir de 2018).
 - **Compara** com a meta do ano, cfe a LDO (no AMF).
 - **Visa** avaliar se houve desvio da meta,
que pode requerer medidas de ajuste.



26/60

Demonstrativo - Exemplo (12/13)

- 6º bimestre com jan. a dez/2015.
- Segue apuração...

Exemplo – Apuração



RECEITA PRIMARIA TOTAL (VII) = (I + VI)

DESPESA PRIMARIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)

RESULTADO PRIMARIO (XIX) = (VII - XVIII)

Variáveis Principais	Realização	Valores (R\$ Milhões)
(a) Receita Primária Total	Arrecadadas	46.783
(b) Despesa Primária Total	Empenhadas	43.804
(c) Resultado Primário	(a-b)	2.979

Exemplo de Análise das Metas de Resultados Primário de Nominal (1/7)

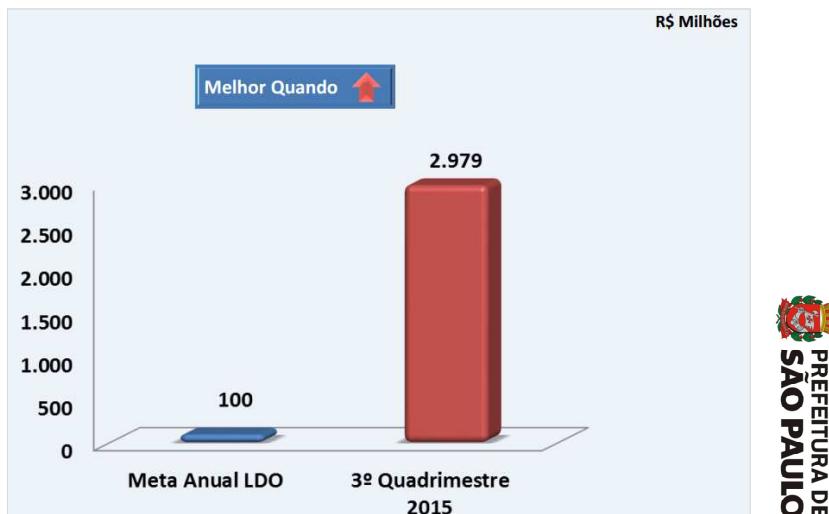
- Dados do “Demonstrativo e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais”.
- Ref. § 4º do art. 9º da LRF, para **Audiência Pública**.



(PMSP, 2015a, p. 1-2)

29/60

Resultado Primário (2/2) (3/7)



(PMSP, 2015a, p. 17) Esta meta parece fictícia ("chute prudente").

31/60

Resultado Primário (1/2) (2/7)

3º Quadr./2015, R\$ Milhões

Receitas Primárias Correntes	45.531
Receitas Primárias De Capital	1.252
Receita Primária Total	46.783
Despesas Primárias Correntes	39.185
Despesas Primárias De Capital	4.619
Despesa Primária Líquida Total	43.804
Resultado Primário	2.979
Meta Fiscal Anual Definida na LDO	100

(PMSP, 2015a, p. 16)

30/60



Resultado Primário (2/2) (3/7)

Resultado Nominal (1/2) (4/7)

R\$ Milhões

	2014	2015
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	77.814	89.253
Dívida Contratual	65.895	76.123
Precatórios posteriores à 05/05/2000 (inclusive)	11.918	13.130
DEDUÇÕES (II)	6.080	9.298
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.895	6.303
Demais Haveres Financeiros	1.416	3.317
(-) Restos a Pagar Processados (exceto Precatórios)	230	322
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I) - (II)	71.734	79.954
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	187	171
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III) + (IV) - (V)	71.547	79.783
RESULTADO NOMINAL	5.932	8.236
RESULTADO NOMINAL - META LDO	8.012	8.839

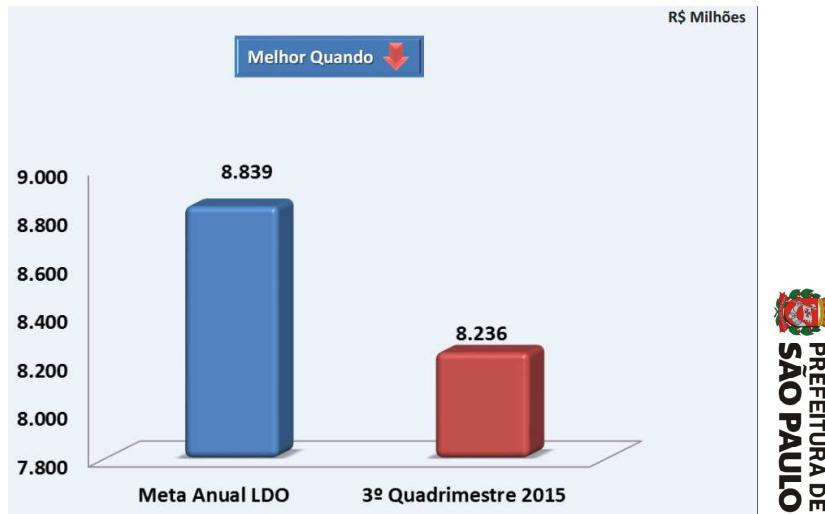
RN equivale à variação da DFL.

(PMSP, 2015a, p. 18)

32/60

Resultado Nominal (2/2)

(5/7)

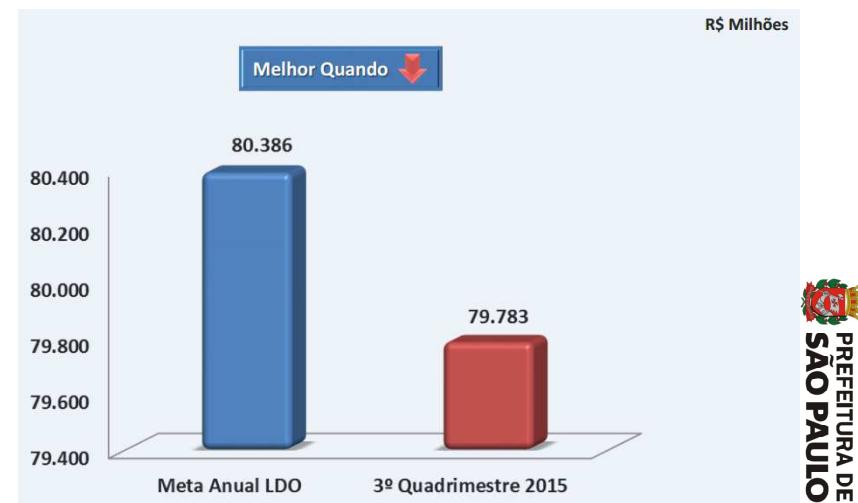


(PMSP, 2015a, p. 19)

33/60

Dívida Fiscal Líquida

(6/7)

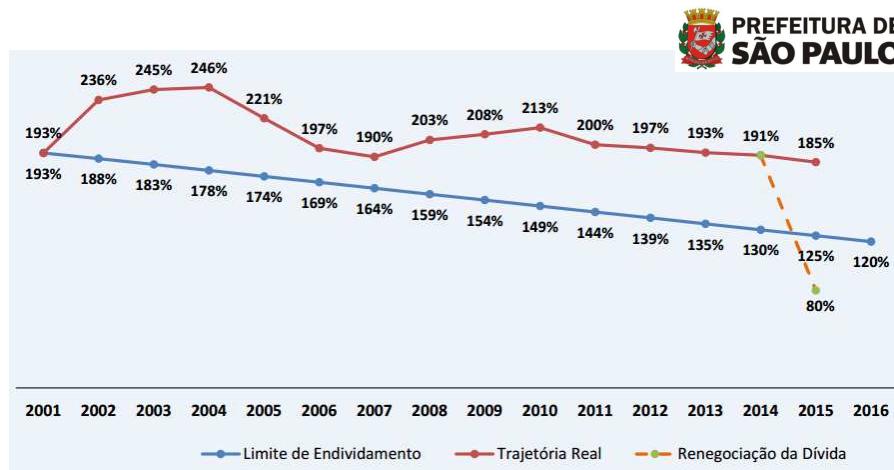


(PMSP, 2015a, p. 20)

34/60

Limite e Trajetória da DCL em Relação à RCL

(7/7)



(PMSP, 2015a, p. 23)

35/60

Novidades a partir de 2018

- Unidos os Resultados Primário (RP) e Nominal (RN) num **único demonstrativo (Anexo 6)** do RREO.
- Para fins de apuração do RP, “não deverão ser computadas as receitas e despesas **intraorçamentárias**”.
- RP troca o regime da despesa **de empenho para caixa**.
- RN passa a ser baseado na Dívida Consolidada Líquida (**DCL**) ao invés da **DFL**.
- RN com **sinais invertidos**: “+” superávit; e “-” déficit.
- Inclusão das metodologias **“acima da linha”** e **“abaixo da linha”** para ambos os resultados >>

(STN, 2017a, p. 216-217, grifo nosso) – 8ª edição do MDF

36/60

Acima e Abaixo da Linha

- São metodologias (critérios) que servem para quantificar a Necessidade de Financiamento do Setor Público (**NFSP**). Esta decorre do **déficit público**, que acarreta aumento da **dívida pública**.
- O **BACEN** e o **FMI** utilizam o critério “abaixo da linha”, para monitorar a **NFSP**.
- A **STN** utiliza o critério “acima da linha”, de forma a auxiliar à montagem do **orçamento** e o acompanhamento das **metas** da LDO.



Acima da Linha

“A metodologia ‘acima da linha’ **apura os valores das receitas e despesas primárias**, discriminadas em correntes e de capital, o resultado primário acima da linha, a discriminação da **meta** de resultado primário estabelecida no Anexo de Metas Fiscais, o saldo de exercícios anteriores, a reserva orçamentária do RPPS, os juros e encargos ativos e passivos, o resultado nominal acima da linha, e a discriminação da meta de resultado nominal estabelecida no Anexo de Metas Fiscais”.

(STN, 2017a, p. 217, grifos nossos)

38/60

Abaixo da Linha



“A metodologia ‘abaixo da linha’ **contém valores do cálculo da dívida consolidada, das deduções e da dívida consolidada líquida**, o resultado nominal abaixo da linha, o valor relativo aos ajustes metodológicos (quais sejam, a variação do saldo de restos a pagar processados, Receita de Alienação de Investimentos Permanentes, Passivos Reconhecidos na Dívida Consolidada), o resultado nominal ajustado – abaixo da linha, os juros ativos e passivos, e o resultado primário – abaixo da linha”.

(STN, 2017a, p. 217, grifo nosso)

39/60

São Metodologias Complementares

- As apurações acima e abaixo da linha **permitem perceber**: mudanças no estoque da dívida; o cumprimento de metas; o esforço fiscal; o impacto da política fiscal; e as causas de desequilíbrios.
- “O resultado fiscal obtido pelas duas metodologias é **comparável** e, desta forma, ambas as estatísticas são importantes para a boa evidenciação da política fiscal, devendo ser utilizadas de forma **complementar**”.

(STN, 2017a, p. 218, grifos nossos)

40/60

Resultado Nominal

Pode ser obtido de 2 formas:

- **RN Abaixo da Linha:** “por meio da simples comparação entre os estoques da DCL em momentos diferentes”.
- **RN Acima da Linha:** “soma da conta de juros com as receitas primárias e as despesas primárias”.

Obs.: Pode haver **discrepâncias** devido a divergências metodológicas, a serem evidenciadas em notas explicativas. Leia mais no MDF.

(STN, 2017a, p. 219, grifo nosso)

41/60

Resultado Primário

Pode ser entendido como o “**esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública**”.

- **Superávits primários** “representam aumentos de disponibilidades de caixa, as quais são deduzidas da dívida consolidada para fins do cálculo da” DCL.
- **Déficit primários** “sinalizam a diminuição das disponibilidades de caixa em um período de apuração e a consequente diminuição do montante a ser deduzido da DC para fins do cálculo da DCL”.

(SOF, 2017a, p. 218-219, grifo nosso) – 8ª Ed. MDF: Regime de Caixa

42/60

Novas Fórmulas (1/3)

RP Acima da Linha

(a) Receita Primária Total ^[1]	100
(b) Despesa Primária Total ^{[1] [2]}	95
(c) Resultado Primário = a - b	5

[1] Não inclui as receitas e despesas intraorçamentárias.

Apenas ingressos e desembolsos orçamentários: regime de caixa.

[2] Abrange as despesas primárias pagas, os restos a pagar processados pagos e os restos a pagar não processados pagos. Não abrange as despesas empenhadas e não pagas (liquidadas ou não) nem os restos a pagar não processados não pagos.

(STN, 2017a, p. 223-224) – Simplificado e exemplificado

43/60

Novas Fórmulas (2/3)

RN Abaixo da Linha

(a) DCL em 31/12/2017 (Inicial)	60
(b) DCL em 31/12/2018 (Final)	65
(c) Resultado Nominal = a - b	-5

RN Acima da Linha

(a) Resultado Primário Acima da Linha	5
Juros	(b) Juros e Encargos Ativos ^[1]
Nominais	(c) Juros e Encargos Passivos ^[1]
(d) Resultado Nominal = a + (b - c) = 5+(2-12) = 5-10	-5

[1] Conforme o regime de competência (quando impactam na DCL).

(STN, 2017a, p. 223-224) – Simplificado e exemplificado

44/60

Mudança de Sinal do RN

Alteração em 18/09/2017

RP e RN convergentes:

Sinal Positivo (+) = superávit; e
Sinal Negativo (-) = déficit.

Justificativa

Além disso, tendo em vista a necessidade de que as informações dos demonstrativos fiscais sejam mais claras, houve alteração na forma de apresentação do cálculo do resultado nominal, estabelecido na 8ª edição do MDF. A apresentação desse resultado havia mantido a mesma lógica, vigente até então e utilizada pelo Banco Central, para a apuração da necessidade de financiamento do setor público, que apresenta com sinal positivo o resultado nominal deficitário e, com sinal negativo, o resultado nominal superavitário. Essa alteração foi efetuado no sentido de que a apresentação dos resultados primário e nominal sejam convergentes, ou seja, os resultados com sinal positivo, tanto para o resultado primário como para o resultado nominal, serão considerados superávit e o sinal negativo será considerado déficit.

(STN, 2017a, Síntese das Alterações)

45/60



Novas Fórmulas (3/3)

RP Abaixo da Linha

- | |
|---|
| (a) Resultado Nominal Ajustado Abaixo da Linha ^[1] |
| (b) Juros e Encargos Ativos |
| (c) Juros e Encargos Passivos |
| (d) Resultado Primário = a - (b - c) |

- | |
|---|
| (a) Resultado Nominal Abaixo da Linha (variação da DCL) |
| (b) Variação do Saldo de Restos a Pagar Processados (RPP) |
| (c) Receita de Alienação de Investimentos Permanentes |
| (d) Passivos Reconhecidos na Dívida Consolidada (DC) |
| (e) Outros Ajustes |
| (f) Resultado Nominal Ajustado Abaixo da Linha = a - b - c + d + e |

[1]

(STN, 2017a, p. 223-224) – Simplificado e exemplificado

46/60

Demonstrativo dos RPN

- Quadro principal.
- Nova Metodologia.
- A partir de 2018.

RP AcL → Top screenshot, first section: 'ACIMA DA LINHA' (above the line).

RN AcL → Second screenshot, first section: 'ACIMA DA LINHA' (above the line).

RN AbL → Third screenshot, first section: 'ACIMA DA LINHA' (above the line).

RP AbL → Bottom screenshot, first section: 'ACIMA DA LINHA' (above the line).

7/60

(STN, 2017a, p. 223-224)

Ilustração (1/3)

Apuração da DCL	31/12/2017	31/12/2018
Dívida Consolidada	(a)	105.000
Deduções*	(b)	5.000
Dívida Consolidada Líquida	(c = a-b)	100.000

Apuração do RN	2018
DCL Inicial (31/12/2017)	(d)
DCL Final (31/12/2018)	(e)
Resultado Nominal Abaixo da Linha	(f = d-e)

Interpretação: Houve déficit nominal

– a DCL cresceu R\$ 4 mil em 2018 (RN AbL negativo).

* “[...] as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados” – ver Anexo 2 do RGF (STN, 2017a, p. 220). 48/60

Ilustração (2/3)

Execução Orçamentária			2018
Receitas Orçamentárias*	(arrecadação)	(a)	72.000
Despesas Orçamentárias*	(empenho)	(b)	72.000
Resultado Orçamentário	("misto")	(c = a - b)	0

* Incluindo todas as operações intra e exceto intraorçamentárias.

Interpretação: A execução orçamentária foi **equilibrada** ($RO = DO$).

Ingressos	Receitas Orçamentárias	(d)	70.000
Exceto Intra:	Receitas Orç. Financeiras	(e)	2.000
	Receita Primária Total	(f = d - e)	68.000
 Desembolsos	Despesas Orçamentárias Pagas	(g)	60.000
Exceto Intra:	Restos a Pagar Pagos (extraorç.)	(h)	5.000
	Despesas Orç. Financeiras	(i)	7.000
	Despesa Primária Total	(j = g + h - i)	58.000

Caso Real Novo (1/8)

- Ao final de março de 2018, foram publicados os primeiros **demonstrativos novos** do RPN.
 - Foram obtidos e analisados os demonstrativos referentes ao 1º bimestre (**jan-fev/18**) do Município de São Paulo.
 - Seguem imagens dos demonstrativos.
 - Depois, quadros e **resumos das apurações**.

Ilustração (3/3)

Apuração do RP	2018
Receita Primária Total	(a)
Despesa Primária Total	(b)
Resultado Primário Acima da Linha	(c = a - b)
	10.000

Interpretação: Houve superávit primário

– as RecP superaram as DespP em R\$ 10 mil.

Há “autossuficiência” de recursos para cobrir as despesas.

Interpretação Final

Apesar do esforço fiscal de R\$ 10 mil (**RP AcL positivo**),
a DCL cresceu R\$ 4 mil (**RN AbL negativo**) em 2018.

(Isto se deve aos juros e encargos passivos, reconhecidos por competência)

Caso Real Novo (2/8)

Caso Real Novo (3/8)

Continuação		
META FISCAL PARA O RESULTADO PÍRIMARIO		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo do Mito Físico do IDO para o exercício de referência		136.334,00 (R\$)
JUROS NOMINAIS		VALOR INCOHOBRO
BRUTOS E FIN-ADICIONAIS (XXXV)		98.281,30
BRUTOS E FIN-ADICIONAIS (XXXVII)		700.015.963,18
META FISCAL PARA O RESULTADO LÍQUIDO (XXX - XXXV - XXXVI)		
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE
Meta fixada no Anexo do Mito Físico do IDO para o exercício de referência		126.797,00 (R\$)
ABASO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		TOTAL
		(R\$) (R\$)
TOTAL CONSIDERANDO AS VARIAÇÕES DEPOSIOS (XXX)		48.216.032,00 (R\$)
Depositos:		48.216.032,00 (R\$)
Disponibilidades de Caixa/Banco		4.838.454,40 (R\$)
Itaú Unibanco - Conta Corrente (XXX)		4.550.000,00 (R\$)
Itaú Unibanco - Conta Poupança (XXX)		3.848.195,50 (R\$)
Banco do Brasil - Conta Corrente (XXX)		50.000,00 (R\$)
Banco do Brasil - Conta Poupança (XXX)		2.740.000,00 (R\$)
DEPÓSITOS CONSIGNADOS (EXCETO ITAÚ (XXX)) - (XXXVII)		37.357.584,42 (R\$)
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXVII) - XXXV - XXXVI		34.845.833,90 (R\$)
		2.482.546,80 (R\$)
ABASO METODOLÓGICO		Abas o Bimestre/2018
VOLUME DA SAÚDE (XXXVII) - XXXV - XXXIV		185.590.305,17 (R\$)
RENTA DE ALÉIACRES E INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)		3.090 (R\$)
FONDO DE RENDIMENTO (XXXVIII)		121.487.151,55 (R\$)
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS (XXXIX)		3.843.101,17 (R\$)
RESULTADO LÍQUIDO (ABASO da Linha (XXXVII) - XXXV - XXXVI - IX - XXXVIII)		1.849.420,75 (R\$)
RESULTADO LÍQUIDO (Abas o Bimestre/2018) - XXXVII - XXXV - XXXVI		1.849.420,75 (R\$)
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
Reserva Ajustada em Exercícios Anteriores		41.000.000,00 (R\$)
Reserva Ajustada em Exercícios Anteriores Redutora de Créditos Adicionais		
RESERVA AGRUPADA NO IHTPS		
RESERVA DE PAGAMENTO		
Note:		
1 - Os valores constantes na "Meta do Resultado Pírimario e do Resultado Nominal" dispõe do Anexo III da Lei nº 16.061, de 23/07/2017 (I DO para o exercício de 2017).		
2 - Do Superintendente do Banco Central do Brasil - Anexo II da Lei nº 15.544/06/10/27, onde foi utilizado menor valor entre bônus, para abertura de Créditos Adicionais.		
3 - As Reservas Ajustadas em Exercícios Anteriores.		
4 - As Reservas Ajustadas e agrupadas pelo Poder Financeiro: Atéleta (PMF) e Atleta/CPMF (IPREM, SINPE, ANM, ANS, ANS, FUNDATEC); COFEM, PMF CORAM e TMSF e pelo Poder Legislativo (TCE, PETCM, CMDF, PICAM).		
5 - Os Reserv. Ajustados em Exercícios Anteriores, foram classificados em Saldos de Exercícios Anteriores, a fim de descrever o equilíbrio das Operações.		
6 - Valores Preliminares.		
DEPARTAMENTO FEDERATIVO Divisão de Contabilidade e Finanças Federais Estatística e Informática Fazenda		UNIVERSIDADE Instituto Municipal da Fazenda CNPJ 27.907.784/04
		FÓRUM DIRETOR Presidente: CPF 041.024.078-40

2/2

53/60

Caso Real Novo (5/8)

Despesa Primária

(R\$ milhões)

	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Restos a Pagar Não Processados Pagos (c)
Despesas Correntes	5.263	257	906
(-) Juros e Encargos da Dívida	199	-	-
IV (=) Despesas Primárias Correntes	5.065	257	906
Despesas de Capital	429	35	223
(-) Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
(-) Aquisição de Título de Capital já Integralizados	-	-	-
(-) Aquisição de Título de Crédito	-	-	-
(-) Amortização da Dívida	371	-	-
V (=) Despesas Primárias de Capital	58	35	223
VI (=) DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAIS (Vla, Vlb e Vlc)	5.122	292	1.129
VI (=) DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAIS = Vla + Vlb + Vlc			6.541

55/60

Caso Real Novo (4/8)

Receita Primária

(R\$ milhões).

	Realizadas até o Bimestre
Receitas Correntes	10.338
(-) Aplicações Financeiras	89
(-) Outras Receitas Financeiras	0,35
I (=) Receitas Primárias Correntes	10.248
Receitas de Capital	104
(-) Operações de Crédito	-
(-) Amortização de Empréstimos	3
(-) Receitas de Alienação de Investimentos Temporários	-
(-) Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes	-
(-) Outras Receitas de Capital Não Primárias	-
II (=) Receitas Primárias de Capital	101
III (=) RECEITAS PRIMÁRIAS TOTAIS = I + II	10.349

(PMSP, 2018)

Caso Real Novo (6/8)

RP AcI

(R\$ milhões).

	Até o Bimestre
III Receitas Primárias Totais	10.349
VI (-) Despesas Primárias Totais	6.541
VII RESULTADO PRIMÁRIO -- Acima da Linha = III - VI	3.808

RN AcL

	Incorrido até o Bimestre
VII Resultado Primário -- Acima da Linha	3.808
(+) Juros e Encargos Ativos	89
(-) Juros e Encargos Passivos	201
VIII RESULTADO NOMINAL -- Acima da Linha	3.696

(PMSP, 2018)

Caso Real Novo (7/8)

RN AbL

	(R\$ milhões).	
	Saldo em 31/12/2017 (a)	Saldo em 28/02/2018 (b)
IX Dívida Consolidada Líquida (IXa e IXb)	37.328	34.845
X RESULTADO NOMINAL -- Abaixo da Linha = IXa - IXb	2.483	

RP AbL

Até o Bimestre

XI Resultado Nominal -- Abaixo da Linha	2.483
(-) Variação do Saldo dos Restos a Pagar Processados (RPP)	196
(-) Receita de Alienação de Investimentos Permanentes	-
(+) Passivos Reconhecidos na Dívida Consolidada (DC)	121
(+) Outros Ajustes	1.288
XII (=) Resultado Nominal Ajustado	3.696
(-) Juros e Encargos Ativos	89
(+) Juros e Encargos Passivos	201
XIII RESULTADO PRIMÁRIO – Abaixo da Linha	3.808

(PMSP, 2018)

57/60

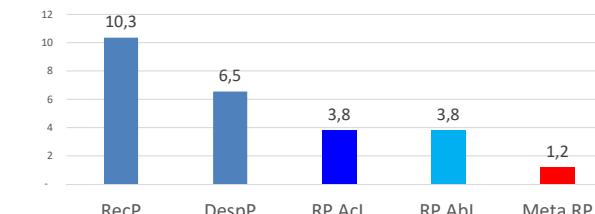
Caso Real Novo (8/8)

Resumo

(R\$ milhões).

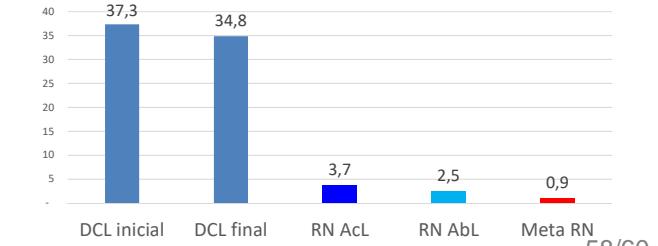
Resultado Primário

RecP	10.349
DespP	6.541
RP AcL	3.808
RP AbL	3.808
Meta RP	1.156



Resultado Nominal

DCL inicial	37.328
DCL final	34.845
RN AcL	3.696
RN AbL	2.483
Meta RN	927



Conclusão

- Os resultados nominal (RN) e primário (RP) são medidas fiscais relevantes no contexto do equilíbrio das contas públicas.
- Suas metodologias de apuração (fórmulas) passaram por alterações; e devem ser compatíveis com a LDO.
- O **RN indica** se a dívida pública (no patrimônio) está aumentando ou diminuindo.
- O **RP indica** o esforço fiscal (no orçamento) para fazer sobrar recursos para pagar a dívida.
- São indicadores complementares.
- **Outros aspectos a considerar...**

59/60

Referenciação e Autorização de Cópia

PLATT NETO, Orion Augusto. **Resultados Nominal e Primário**. Material didático (*slides*). Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis: Edição do autor, 2018.

1ª Edição, de Abril de 2018.
 Extrato dos *slides* da aula de Resultados Orçamentários, Nominal e Primário, da Disciplina Contabilidade Pública II.

O autor concede autorização de impressão e cópia, apenas da versão em pdf, para uso pessoal dos alunos participantes do Minicurso.



60/60

Referências (1/2)



- BACEN – Banco Central do Brasil. **Glossário:** Resultado Primário. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/glossario.asp?Definicao=462&idioma=P&idpai=GLOSSARIO>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- BRASIL. **Lei Complementar n.º 101**, de 4 de maio de 2001 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/LCP/Lcp101.htm>>. Acesso em: 18 fev. 2011.
- LIMA, Edilberto Carlos Pontes. **Curso de Finanças Públicas**: uma abordagem contemporânea. São Paulo: Atlas, 2015.
- PASCOAL, Valdecir. **Direito Financeiro e controle externo**. 4. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2004.
- PMSP – Prefeitura Municipal de São Paulo. **Demonstrativo e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais**. Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2015 (dados preliminares). Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/GestaoFiscal-3o-Quadrimestre2015_GESTAO_LRF_provisorio_1456519260.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016. **2015a**.
- _____. **Demonstrativo do Resultado Nominal**. Relatório Resumido da Execução Orçamentária. 6º Bimestre de 2015. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/Resultado-Nominal-6bim-2015_1454330831.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016. **2015c**.
- _____. **Demonstrativo do Resultado Primário**. Relatório Resumido da Execução Orçamentária. 6º Bimestre de 2015. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/RP-Consolidado-6bim-2015_1454330907.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016. **2015d**.
- _____. **Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal**. Relatório Resumido da Execução Orçamentária. 1º Bimestre de 2018. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/anexo_6_rn_e_rp_1bi2018_preliminar_consolidado_1522355208.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2018. **2018**.

61/60

Referências (2/2)

- SOF – Secretaria de Orçamento Federal. **Perguntas Frequentes**: O que é resultado primário? Disponível em: <<http://www.orcamentofederal.gov.br/perguntasfrequentes/o-que-e-resultado-primario>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- STN – Secretaria do Tesouro Nacional.
- (STN, 2014). Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)**. Aprovado pela Portaria STN n.º 553/2014 e alterações. 6. ed. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- (STN, 2017a). Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF)**. Aprovado pela Portaria STN n.º 495/2017 e alterações. 8. ed. (versão 3). Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mdf>>. Acesso em: 21 set. 2017.
- (STN, 2016a). Resultado Fiscal do Governo Central**: Resultado Primário. Disponível em: <http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/series_temporais/principal.aspx?subtema=4#ancora_consulta>. Acesso em: 20 mar. 2016.
- (STN, 2017b). Resultado do Tesouro Nacional**: Séries Históricas / Resultado Fiscal do Governo Central - Estrutura Nova (Jan/1997-Jul/2017). Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt_PT/resultado-do-tesouro-nacional>. Acesso em: 24 set. 2017.
- (STN, 2016b). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)**. Aprovado pela Portaria STN n.º 840/2016 e pela Portaria Conjunta STN/SOF n.º 6/2016. 7. ed. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/563508/CPU_MCASP%7C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o+Vers%C3%A3o+Final.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2016.

62/60